



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PETRÓLEO, ENERGIA E INOVAÇÃO  
Pregão Presencial nº 024/2023

Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

## Pregão Presencial nº 024/2023

Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

Processo nº. 2023.219.000093-3-PR

## 1- PREÂMBULO

**1.1-** Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073 / 98175-0911, através da Secretaria Municipal de Petróleo, Energia e Inovação, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o nº 024/2023 para a contratação do objeto abaixo descrito.

**1.2-** A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

**1.3.** Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 16 de agosto de 2023, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

**1.4.** Integram este Edital, independentemente de transcrição:

**1.4.1-** Formulário de Proposta e Planilha de Formação de Preços- Anexo I

**1.4.2-** Minuta de Contrato- Anexo II

**1.4.3-** Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

**1.4.4-** Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

**1.4.5-** Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

**1.4.6-** Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

**1.4.7-** Termo de Referência - Anexo VII

**1.5-** As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

## **2- DO OBJETO**

**2.1-** O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada em SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE STANDS E ESTRUTURA PARA EVENTOS** para a realização da Feira de Oportunidades, promovida pelas Instituições de Educação Superior de Campos (FIDESC) em parceria com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

## **3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1-** Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

**3.2-** Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

**3.3-** Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

**3.4-** A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

## **4- DO CREDENCIAMENTO**

**4.1-** No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, conforme abaixo:

**4.1.1-** Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

**4.1.2-** Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

**4.1.3-** Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

**4.2-** Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

**4.3-** As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por razões diversas, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem (em separado dos envelopes de proposta e documentação) os seguinte documentos:





**4.3.1 - Cópia do Ato constitutivo (estatuto social, contrato social ou documento equivalente);**

**4.3.2 - Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação - Anexo V, assinada por pessoa que detenha os necessários poderes); e**

**4.3.3 - Declaração de Enquadramento (Anexo VI), apenas nas hipóteses em que a empresa deseje usufruir dos benefícios da LC nº 123/06..**

**4.4** As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

**4.5** O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento

## **5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP**

**5.1** - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

**5.1.1.** A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

**5.2** - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

**5.3** - Somente poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

## **6- DA PROPOSTA**

**6.1-** O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

**6.1.1-** Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.2-** Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

**6.2.1** – Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

**6.3-** A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

**6.4-** Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

**6.5-** Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

**6.6-** O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

## **7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO**

**7.1 -** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

**7.2 -** Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

**7.2.1-** No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

**7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.3, deverão encaminhar cópia do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI (se for o caso), em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; Ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC nº 123/06.**

**Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame**

**7.4.** Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

**7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.**

**7.6-** No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

**7.7-** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**7.8-** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

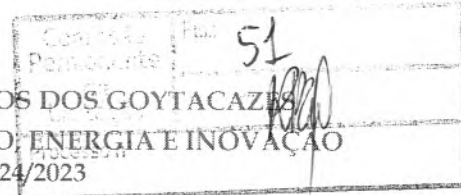
**7.9-** É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

**7.10-** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

**7.11-** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

**7.11.1-** Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;





Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

**7.11.2-** Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

**7.11.3-** Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

**7.11.4-** Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

**7.12-** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**7.13-** Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**7.14-** No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

**7.14.1** - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

**7.14.2** - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

**7.14.2.1** - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

**7.14.3** - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.





**7.14.4** - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

**7.15**- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

**7.16**- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

**7.17**- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

**7.18**- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

**7.19**- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do subitem 7.6 e seguintes.

**7.20**- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

**7.21**- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

**7.22**- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

**7.23**- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

## 8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

### 8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

**8.1.1-** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**8.1.2-** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**8.1.3-** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**8.1.4-** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**8.1.5-** Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

## **8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA**

**8.2.1-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**8.2.2-** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

**8.2.3-** Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

**8.2.4-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

**8.2.5-** - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.2.6-** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**8.2.7-** Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

**8.2.8-** Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

**8.2.9-** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

**8.2.10-** Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

**8.2.11-** Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

**8.2.12-** Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

**8.2.13-** Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

**8.2.14 -** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.2.14.1 -** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

**8.2.14.2 -** A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

### **8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**



**8.3.1-** Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

**8.3.1.1-** O Balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

**8.3.1.2 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.**

**8.3.2-** Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:





PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PETRÓLEO, ENERGIA E INOVAÇÃO  
Pregão Presencial nº 024/2023

Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

**8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral**

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

**8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente**

$$ILC = AC / PC$$

**8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral**

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

**8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:**8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral  $\geq 1,00$ 8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente  $\geq 1,00$ 8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral  $\leq 1,00$ **8.3.4-** Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final efetivamente vencido pela empresa.**8.3.5-** Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.**8.3.5.1-** Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.**8.3.5.2 -** Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela instância



judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

**8.3.6-** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

**8.3.6.1-** Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Poder Judiciário, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

#### **8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.4.1-** Os licitantes deverão apresentar os documentos exigidos no item 14 do Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Petróleo, Energia e Inovação – anexo VII deste edital.

#### **8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

**8.5.1-** Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

**8.5.1.1-** Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

**8.5.2 -** As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

#### **8.6- DA DOCUMENTAÇÃO**

**8.6.1-** Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante,

Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. **Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet poderão ter sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.**

## 9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**9.1-** Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.2-** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

## 10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**10.1-** A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

**10.2-** A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

**10.3-** O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

**10.4-** Pela inexecução total ou parcial, e em caso de atraso no serviço objeto desta licitação, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas no item 9 do Termo de



Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Petróleo, Energia e Inovação – anexo VII deste edital.

## **11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**11.1-** A despesa correrá pelo código correspondente, relativo ao Programa de Trabalho nº 04.122.0095.2305.0000, pela Natureza de Despesa nº 33903922.

## **12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

### **12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.1.1-** O prazo total para a prestação dos serviços objeto deste Pregão será de 30 (trinta) dias, observando o disposto no item 4 do Termo de Referência (Anexo VII).

**12.1.2-** O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela Contratante.

**12.1.3-** A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

### **12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.2.1 -** O licitante vencedor desta licitação terá que executar o serviço de acordo com especificações do item 4 do Termo de Referência.

### **12.3- REGIME DE EXECUÇÃO**

**12.3.1-** O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta em regime de empreitada por preço global.

## **13- DA CONTRATAÇÃO**

**13.1 -** Será firmado o Contrato com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

**13.2 -** O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da Secretaria Municipal de Petróleo, Energia e Inovação para a sua formalização,

devido a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

**13.3-** Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

**13.4-** A empresa vencedora deverá apresentar nome e telefone de contato de Técnico Responsável, a fim de dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao serviço contratado.

**13.5-** A empresa vencedora deverá atender todas as exigências e obrigações de caráter geral, conforme solicitadas no termo de referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Petróleo, Energia e Inovação.

#### **14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES**

**14.1** - As solicitações de esclarecimentos e as impugnações editalícias poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail [pregao@campos.rj.gov.br](mailto:pregao@campos.rj.gov.br).

**14.2-** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

#### **15- DO VALOR**

**15.1** - Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 123.862,22 (cento e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos)**.

#### **16- DO PAGAMENTO**

**16.1** - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser



pactuada, de forma parcelada, em moeda corrente nacional até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/ fatura, conforme cronograma de execução previsto no Termo de Referência para cada lote.

**16.2-** A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo do Geral.

**16.3 -** Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

**16.4-** O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da Contratante será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

**16.5-** O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Petróleo, Energia e Inovação.

**16.6-** Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

**16.7-** Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

**16.7.1-** O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

**16.8-** Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

## 17 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável.

## 18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

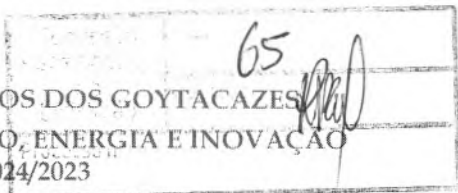
Campos dos Goytacazes, 05 de julho de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**MARCELO NEVES BARRETO**  
Secretário Municipal de Petróleo, Energia e Inovação



## Anexo I - Proposta Comercial

LOTE ÚNICO					
<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO RESUMIDA</u> <u>(Vide especificações completa</u> <u>no item 3 do Termo de</u> <u>Referência</u>	<u>Und</u>	<u>Qtd</u>	<u>Valor Unitário em</u> <u>Algarismo (R\$)</u>	<u>Valor Total em</u> <u>Algarismo (R\$)</u>
1	Locação e montagem de 12 (doze) stands básicos, medindo 4,00m x 6,00m (24 m²) cada.	m²	288		
2	Locação e montagem de 42 (quarenta e dois) stands básicos, medindo 4,00m x 4,00m (16 m²) cada.	m²	672		
3	Locação e montagem de 05 (cinco) stands básicos, medindo 3,00m x 4,00m (12 m²) cada.	m²	60		
4	Locação e montagem de 01 (um) stand básico, medindo 3,00m x 6,00m (18 m²).	m²	18		
5	Locação e instalação de carpete de cor cinza grafite.	m²	1038		
6	Locação e instalação de carpete de cor vermelha.	m²	563		
7	Locação e montagem de pórtico de entrada medindo 6,00m x 4,50m (27 m²).	Unid	1		



Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

<b><u>LOTE ÚNICO</u></b>					
<b><u>ITEM</u></b>	<b><u>DESCRIÇÃO RESUMIDA</u> <u>(Vide especificações completa</u> <u>no item 3 do Termo de</u> <u>Referência</u></b>	<b><u>Und</u></b>	<b><u>Qtd</u></b>	<b><u>Valor Unitário em</u> <u>Algarismo (R\$)</u></b>	<b><u>Valor Total em</u> <u>Algarismo (R\$)</u></b>
8	Locação e instalação de conjunto de mesas com tampo de vidro e cadeiras.	Conj	72		
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS R\$</b>					
<b>VALOR TOTAL POR EXTENSO R\$</b>					

O preço acima considera todas as exigências e especificações técnicas contidas no Edital e no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 024/2023, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o serviço.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 024/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

**Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.**

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal ou Preposto da Licitante

## Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 29.116.894/0001-61, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor \_\_\_\_\_, Secretário Municipal de Petróleo, Energia e Inovação e a empresa \_\_\_\_\_ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 024/2023**, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº **2023.219.000093-3-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada em **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE STANDS E ESTRUTURA PARA EVENTOS** para a realização da Feira de Oportunidades, promovida pelas Instituições de Educação Superior de Campos (FIDESC) em parceria com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:



- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2023.219.000093-3-PR** e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **024/2023**.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:**

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;

- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização do serviço, objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. \_\_\_\_\_ e pela Natureza de Despesa N.D. \_\_\_\_\_, com cobertura através da Nota Empenho nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

**Parágrafo Primeiro:** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**Parágrafo Segundo:** A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

**Parágrafo Terceiro:** Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

### CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

**Parágrafo Único.** Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação do serviço sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo total para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de 30 (trinta) dias, conforme item 4 do Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Petróleo, Energia e Inovação. (Anexo VII do edital).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O prazo contratual poderá ser prorrogado desde que observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO**

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 024/2023, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº **2023.219.000093-3-PR**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Contratante: \_\_\_\_\_  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PETRÓLEO, ENERGIA E INOVAÇÃO**

Contratada: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)

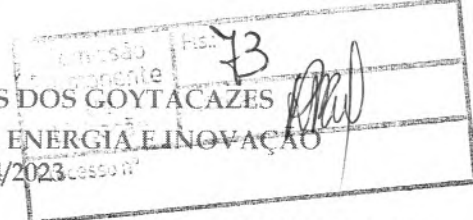
### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) .....,  
portador (a) da Cédula de Identidade nº ..... e CPF sob o nº  
....., a participar da Licitação instaurada pela **SECRETARIA MUNICIPAL  
DE PETRÓLEO, ENERGIA E INOVAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº  
024/2023**, supra-referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe  
poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., **bem  
como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição,  
assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

---

**Representante legal da empresa**



## Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 024/2023

.....,

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº .....

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Em .....de.....de 2023.

\_\_\_\_\_  
**Representante legal da empresa**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

## Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

### DECLARAÇÃO

....., (nome da empresa) CNPJ ou CIC nº ....., declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

---

Representante legal da empresa

Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

## Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 024/2023

.....(razão social do  
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número  
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena  
de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar**  
que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e  
Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei  
Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e  
**não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei**  
Complementar, sendo considerada:

- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar  
Federal nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de  
14/12/2006.
- ( ) Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta  
até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de  
2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei  
11.488/07.

Em ..... de ..... de 2023.

**Representante legal da empresa**



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PETRÓLEO, ENERGIA E INOVAÇÃO  
Pregão Presencial nº 024/2023

Processo	76
Parlamentar	
Assinatura	

Processo nº 2023.219.000093-3-PR

Data: 05/07/2023

## ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

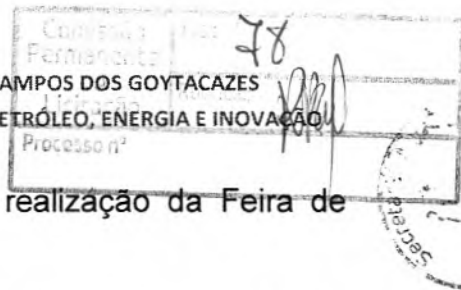
1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto, através da escolha da proposta mais vantajosa, a contratação de empresa especializada em SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE STANDS E ESTRUTURA PARA EVENTOS para a realização da Feira de Oportunidades, promovida pelas Instituições de Educação Superior de Campos (FIDESC) em parceria com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG). As condições e especificações do serviço estão constantes neste Termo de Referência.

### 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A inserção profissional dos estudantes depende fundamentalmente da formação de qualidade, alinhada ao mundo do trabalho. Fomentar a articulação entre as Instituições de Ensino (superior e técnico) e as empresas atuantes na região se faz imprescindível para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, por meio da Secretaria de Petróleo, Energia e Inovação busca apoiar a realização da Feira de Oportunidades 2023 que ocorrerá nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, das 14h às 20h nas dependências do Instituto Federal Fluminense (IFF-Campos), situado na Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes/RJ.

2.1. O objetivo deste Termo de Referência é a definição do escopo necessário à execução de Contratação de empresa especializada para realização dos serviços especificados neste documento, necessários para garantir de modo pleno as atividades previstas da Feira de Oportunidades 2023, serviço de motivo pontual e entrega única.

2.2. Para tanto a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, por meio da Secretaria de Petróleo, Energia e Inovação tem por meta a contratação de empresa especializada em SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE



STANDS E ESTRUTURA PARA EVENTOS para a realização da Feira de Oportunidades, conforme descrito no Item 3.

**2.3.** A presente licitação visa a contratação do serviço a MENOR PREÇO GLOBAL, por uma única empresa, que atenda de forma plena a todos os serviços em conformidade às especificações descritas no item 3 deste Termo de Referência, de forma a se manter um melhor padrão de qualidade na realização do serviço a ser contratado.

**2.4.** A contratação a MENOR PREÇO GLOBAL objetiva o controle do Serviço, garantia da qualidade do Evento, não possibilitando que na montagem e organização dos espaços destinados a circulação e aos stands haja possibilidade de segregação e descontinuidade, que poderiam não garantir a perfeição do layout requerido para composição estética da feira.

**2.5.** Os serviços baseiam-se no potencial da feira em oportunizar um ambiente de negócios que gere desenvolvimento para o município, haja visto que em sua última edição foram reunidos 57 expositores, recebendo cerca de 20.000 visitantes.

### **3. ESPECIFICAÇÃO DO PROJETO E DESCRIÇÕES DO SERVIÇO**

**3.1.** Os stands para exposição e apresentação das instituições de ensino em cerca de 1000 m<sup>2</sup> de área coberta.

**3.2.** Para efeitos de estimativa de custos e formação de preços, as empresas interessadas deverão considerar os custos, conforme descrito neste Termo de Referência. Os dados técnicos da especificação do serviço de montagem e decoração do espaço, para fins de contratação:

- **Item 1:** Locação e montagem de 12 (doze) unidades de stands básicos, medindo 4,00m x 6,00m (24 m<sup>2</sup>), num total de 288 metros quadrados (288 m<sup>2</sup>), em estrutura de alumínio padrão "octanorm" e painéis formicalizados dupla face na cor branca brilhante, programação visual com testeira frontal de identificação do expositor em letras helvéticas na cor preta aplicadas sobre fundo de cor branca, distribuição elétrica com condutores paralelos na cor branca e quadro de disjuntores de segurança, iluminação através de

13

arandelas tubulares, equipadas com lâmpadas frias de 100 watts, à razão de 01 (um) a cada 3,00 m<sup>2</sup> de área e 01 (um) ponto de energia elétrica por stand.

- **Item 2:** Locação e montagem de 42 (quarenta e dois) unidades de stands básicos, medindo 4,00m x 4,00m (16 m<sup>2</sup>), num total de 672 m<sup>2</sup>, em estrutura de alumínio padrão "octanorm" e painéis formicalizados dupla face na cor branca brilhante, programação visual com testeira frontal de identificação do expositor em letras helvéticas na cor preta aplicadas sobre fundo de cor branca, distribuição elétrica com condutores paralelos na cor branca e quadro de disjuntores de segurança, iluminação através de arandelas tubulares, equipadas com lâmpadas frias de 100 watts, à razão de 01 (um) a cada 3,00 m<sup>2</sup> de área e 01 (um) ponto de energia elétrica por stand.
- **Item 3:** Locação e montagem de 60 m<sup>2</sup> de stands básicos, sendo 05 unidades medindo 3 m x 4 m cada, em estrutura de alumínio do tipo OCTANORM e painéis formicalizados dupla face na cor branca, programação visual com testeiras frontais para identificação do expositor em letras helvéticas na cor preta aplicadas sobre fundo de cor branca, distribuição elétrica com condutores paralelos na cor branca e quadro de disjuntores de segurança, iluminação através de arandelas tubulares, equipadas com lâmpadas frias de 100 watts, à razão de 01 (um) a cada 3,00 m<sup>2</sup> de área e 01 (um) ponto de energia elétrica por stand.
- **Item 4:** Locação e montagem de 18 m<sup>2</sup> de stands básicos, sendo 01 unidade medindo 3 m x 6 m cada, em estrutura de alumínio do tipo OCTANORM e painéis formicalizados dupla face na cor branca, programação visual com testeiras frontais para identificação do expositor em letras helvéticas na cor disjuntores de segurança, iluminação através de arandelas tubulares, equipadas com lâmpadas frias de 100 watts, à razão de 01 (um) a cada 3,00 m<sup>2</sup> de área e 01 (um) ponto de energia elétrica por stand.
- **Item 5:** Locação e instalação de 1038 m<sup>2</sup> de carpete de cor cinza grafite com espessura de 5mm, fixado com fita dupla face no piso existente no local.

- **Item 6:** Locação e instalação de 563 m<sup>2</sup> de carpete de cor vermelha com espessura de 5mm, fixado com fita dupla face no piso existente no local (área das ruas conforme layout apresentado).
- **Item 7:** Locação e montagem de 1 pórtico de entrada medindo 6,00m x 4,50m (27 m<sup>2</sup>) em estrutura de alumínio escovado do tipo Q30, com programação visual impressa em lona com fixação de ilhoses.
- **Item 8:** Locação e instalação de 72 jogos de mesas com tampo de vidro redondo e pés cromados, com 4 cadeiras fixas cada uma.

**3.3.** Cabe ressaltar que não constam de obrigação da empresa contratada para o objeto a que se destina essa licitação o oferecimento e disponibilização de Energia, Água e Internet, que serão de responsabilidade do FIDESC (equipe organizadora do Evento) em parceria com o Instituto Federal Fluminense (IFF-Campos - local que sediará o Evento).

#### **4. CONDIÇÕES E PRAZOS DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os stands deverão ser entregues no Instituto Federal Fluminense, Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes/RJ, montado e pronto para as atividades do evento FEIRA DE OPORTUNIDADES até o dia 19 de setembro de 2023 às 18:00, para garantir o funcionamento do Evento que ocorrerá nos dias 21 e 22 de setembro 2023, das 14h às 20h;

**4.2.** A montagem dos stands e organização do ambiente em que se realizará a Feira poderá ser iniciada a partir da emissão da Ordem de Serviços. Fica à disposição da Contratada a data para início das montagens, desde que ela respeite o prazo de entrega acima citado. O prazo total de execução do objeto será de 30 (trinta) dias.

**4.3.** Após o encerramento do evento em 22 de setembro de 2023 a Contratada terá até 07 dias para realizar a desmontagem e retirada de toda estrutura que compõe os stands e as áreas de circulação.





## **5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, no período máximo de 24 horas, contados da data do recebimento do objeto por servidor designado pela Secretaria de Petróleo, Energia e Inovação para tal finalidade.

**5.2.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 03 dias do recebimento provisório.

**5.3.** A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do serviço em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, conforme oferta final apresentada na sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Auxiliar a contratada com documentos, informações e demais elementos que eventualmente venham a ser solicitados e que auxiliem nos serviços que tenham a executar.

**7.2.** Realizar os pagamentos devidos à contratada, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação por parte do Fiscal de contrato.

**7.3.** Exercer fiscalização permanente sobre os serviços executados, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade dos serviços prestados.

**7.4.** Facilitar o exercício das funções da contratada, dando-lhe acesso às instalações e informações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da Secretaria e cumprindo suas obrigações



estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.5.** Aplicar as penalidades para as hipóteses de a Contratada não cumprir o compromisso assumido com a Administração.

**7.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO**

**8.1.** A fiscalização do contrato decorrente deste Instrumento caberá aos servidores da Secretaria, formalmente designados, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

**8.2.** Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pela Secretaria e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

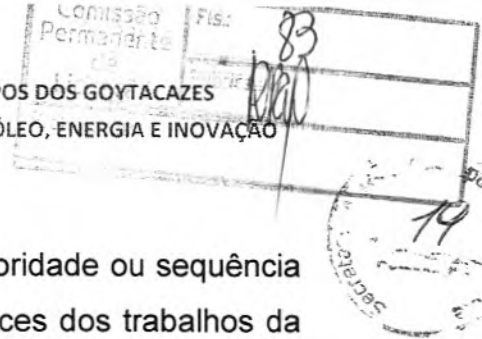
**8.3.** A contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance e sujeitar-se à fiscalização do contratante quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatar as exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços.

**8.4.** Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Secretaria.

**8.5.** A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

**8.6.** A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes

18  
13



atividades:

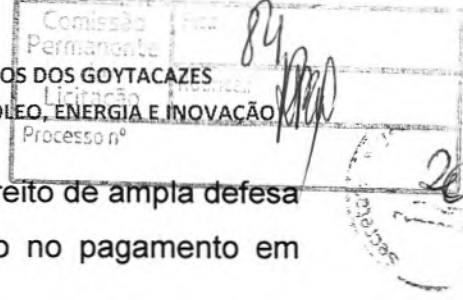
- a) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da contratada;
- b) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato, de responsabilidade exclusiva do gestor;
- d) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela contratada;
- e) Realizar testes de controle, por amostragem, sempre que julgar necessário;
- f) Exigir comprovação do registro de regularidade dos veículos alocados na contratação;
- g) Mensurar a satisfação do público usuário;
- h) Aprovar os relatórios de execução dos serviços, elaborados de conformidade com os requisitos estabelecidos.

## **9. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** A contratada deverá executar fielmente suas obrigações, de acordo com as cláusulas avençadas no Termo de Referência e na legislação, respondendo uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2.** Caso seja observada pela fiscalização da Secretaria alguma das hipóteses caracterizadoras da inexecução total ou parcial do contrato a empresa estará passível da aplicação de sanções administrativas em razão do descumprimento contratual, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais.

NB



**9.3.** Em todos os casos será garantido a contratada o direito de ampla defesa e do contraditório previamente à eventual compensação no pagamento em decorrência da aplicação de penalidade.

**9.4.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Secretaria pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

9.4.2. Multa: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, limitado à incidência a 15 (quinze) dias, hipótese em que poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

9.4.3. Multa Administrativa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas referentes à demais obrigações da contratada.

9.4.4. Multa de 0,07% (zero virgula zero sete por cento) do valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de recusa injustificada da contratada em apresentar a garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, e/ou recompor o valor da garantia no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após regularmente notificada.

9.4.5. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a Secretaria poderá: a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento),

NB.

Com: 85  
Petrópolis  
2018  
Secretaria

calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

9.4.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.4.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Secretaria pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.5. As sanções previstas nos subitens neste Termo de Referência (multa administrativa) poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.6. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela contratante.

## **10. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

10.1. A Licitação será realizada na modalidade PREGÃO, , no formato PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/1993, que objetiva incrementar a competitividade e a agilidade nas aquisições/contratações públicas, além de propiciar concreta economicidade, eficiência legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

## **11. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

11.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços

Nº 3



comuns, nos termos do Decreto Municipal 137/2020, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente e facilmente definidos no Edital e seus anexos, por meio de especificações usuais praticadas no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa poderão ser realizados, do mesmo modo, com base nos preços ofertados, desde que atenda de as exigências e especificações técnicas exigidas, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação técnica criteriosa.

**11.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante.

**11.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**12.1.** Pela execução do objeto desse Termo de Referência, a Contratante deverá efetuar o pagamento até 30 dias após a realização do serviço, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

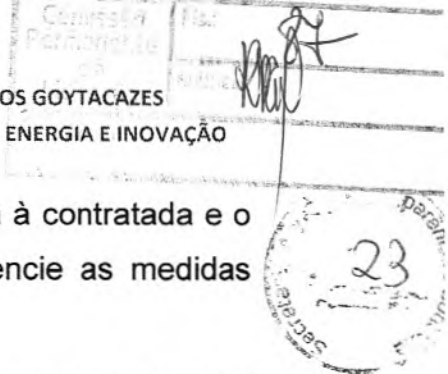
**12.2.** O pagamento será mediante apresentação de nota fiscal, e atestado por 02 (dois) servidores da Contratante, bem como cópia de Ordem de Serviço acompanhada de cópia de comprovante de pagamento de INSS, FGTS, ISS, rigorosamente em dia.

**12.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelos fiscais da contratante, após o recebimento definitivo do objeto, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

**12.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de

*N.B.*





penalidade imposta ou inadimplência, a fatura será devolvida à contratada e o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

**12.5.** Na hipótese do subitem anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**12.6.** Os recursos necessários à realização do serviço licitado correrão por conta da dotação orçamentária:

- a) Programa de Trabalho: 04.122.0095.2305.0000
- b) Natureza de Despesa: 3.3.90.39.22
- c) Fonte de Recurso: 144

### **13. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**13.1.** Será decretada vencedora a empresa proponente que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL para execução do objeto, conforme especificações descritas no Item 3.

**13.2.** No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas administrativas, documentação, lucros e demais insumos necessários à sua composição.

**13.3.** A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do serviço contratado.

**13.4.** Não serão admitidos pleitos posteriores em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

### **14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

**14.1.** A capacidade técnica das licitantes deverá ser comprovada por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas



Comissão  
Permanente  
de  
Licitação

Fis:

Rubrica:

Processo nº

jurídicas de direito público ou privado que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Termo de Referência.

**14.2.** A qualificação técnica inclui tanto a capacidade técnico-operacional, que é relacionada à sociedade empresária, quanto à capacidade técnico-profissional, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

**14.3.** Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante em relação à execução do objeto licitado, sendo possível o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a sua capacidade técnica.

**14.4.** Conforme decisão proferida pelo TRF4, apel. cível nº 2006.71.08.017986-7/RS: "A montagem de estandes para feiras e eventos necessita de orientação técnica de profissionais da área de engenharia ou arquitetura, devidamente habilitados para tanto, considerando os riscos que tal atividade envolve tanto para quem executa como para aqueles que circulam por tais ambientes". Portanto, a licitante deverá apresentar Documentação que conste o profissional responsável pela orientação na área de engenharia ou arquitetura, de forma que a habilite para a execução do serviço a contratar.

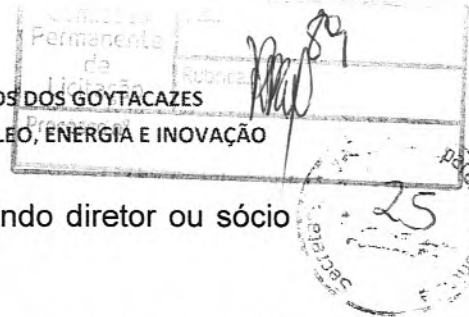
**14.5.** A capacidade técnico-profissional deverá ser demonstrada mediante comprovação pelo licitante de que possui em seu quadro pessoal, profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou pelo CAU, de nível superior.

14.5.1 A comprovação de que o profissional responsável de nível superior integrará o quadro da Contratada durante a vigência contratual se dará mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

14.5.2 Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Crea ou ao Cau, indicando o profissional como membro do quadro técnico;

14.5.3 Cópia da ficha de registro de empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quando empregado;

103



14.5.4. Contrato Social, devidamente registrado, quando diretor ou sócio da Contratada;

14.5.5. Contrato de prestação de serviços ou promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** A elaboração da proposta deverá obedecer ao disposto na Instrução Normativa n.º 05 de 26/05/2017, consignando obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final do serviço.

**15.2.** A proposta deverá englobar todos os custos relativos aos serviços, tributos, tarifas e emolumentos, encargos sociais, trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação fiscal e previdenciária que influam no custo.

**15.3.** Os casos eventualmente omissos e as dúvidas que surgirem durante a execução deverão ser resolvidos entre as partes, por meio de procedimentos administrativos.

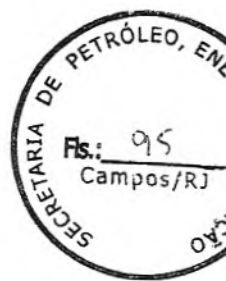
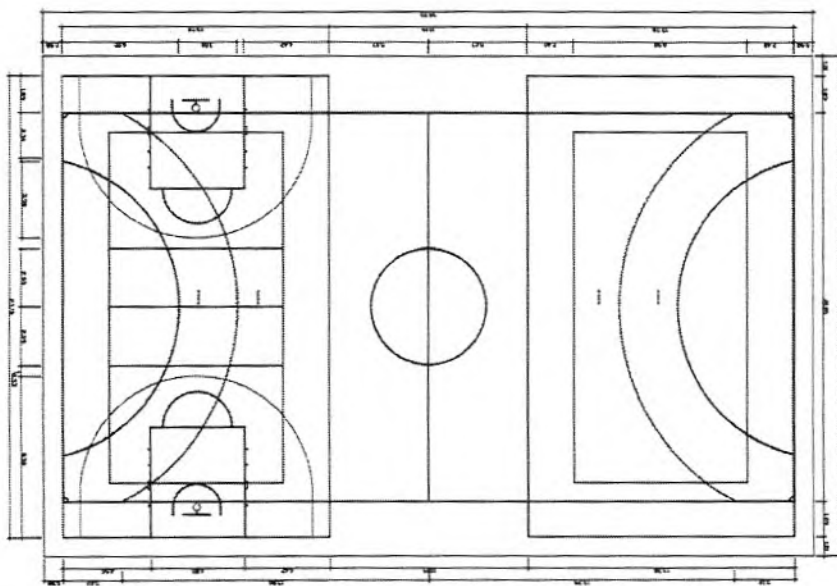
**15.4.** A contratada, quando da formação dos preços, deverá observar as quantidades e especificações necessárias à perfeita execução dos serviços em atendimento ao presente Termo, não podendo, em caso de inobservância, ser alvo de justificativa para posterior acréscimo ou reajuste, além dos casos previstos na legislação em vigor.

**15.5.** A contratada se obrigará a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento.

Campos dos Goytacazes - RJ, 12 junho de 2023.

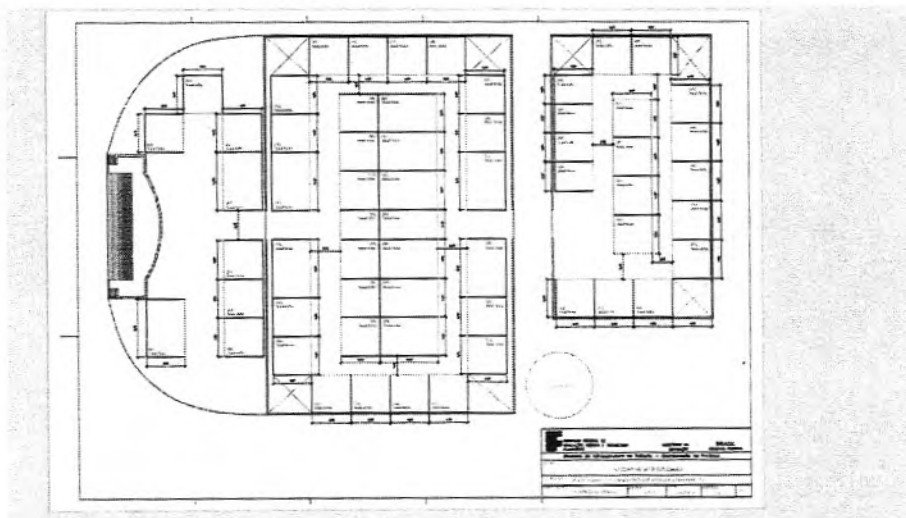
Marcelo Neves Barreto  
Secretário de Petróleo,  
Energia e Inovação  
Matrícula: 40514

**Marcelo Neves Barreto**  
Secretário de Petróleo, Energia e Inovação  
Matrícula: 40514

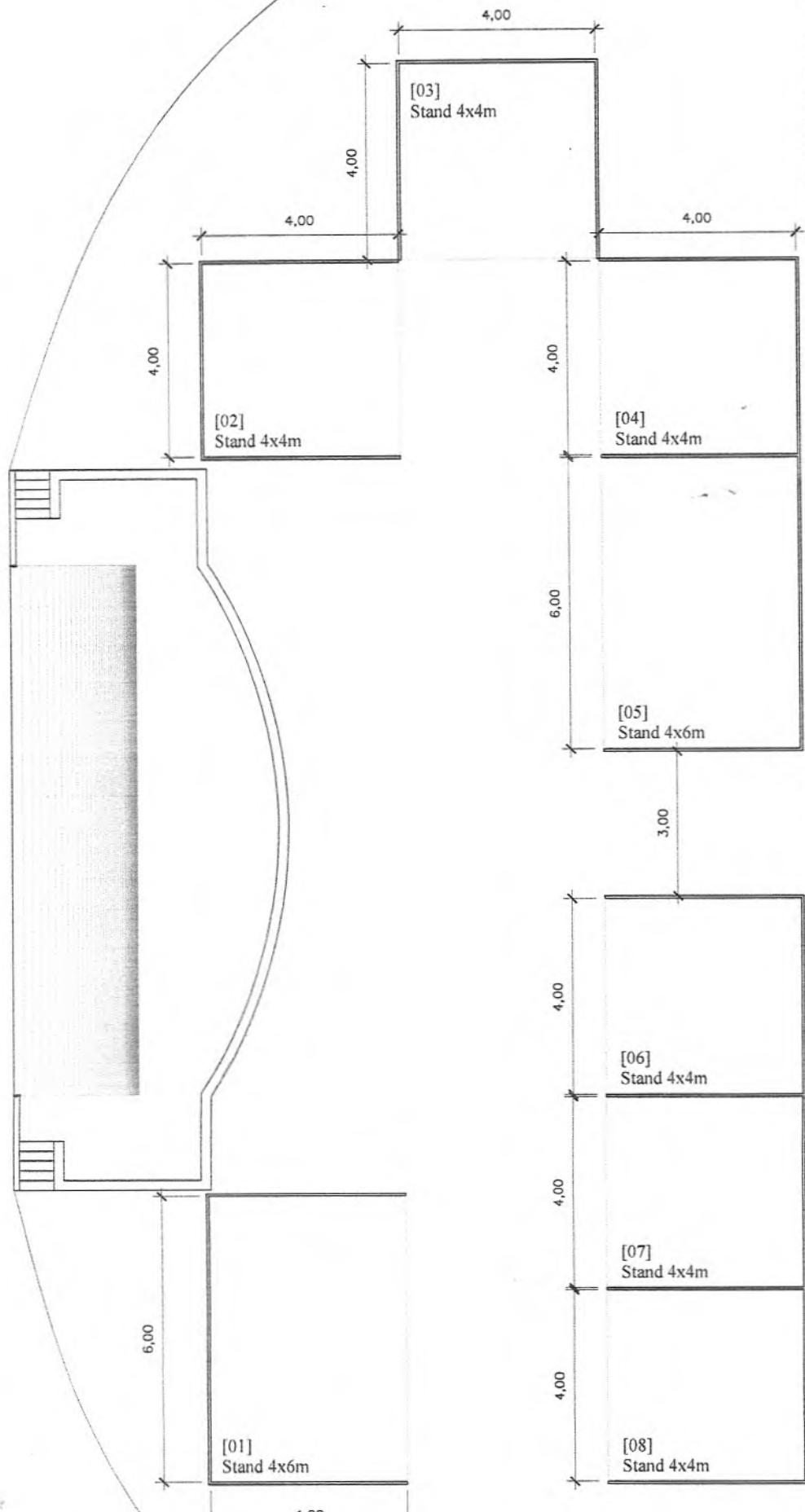


## ANEXO 2

DISPOSIÇÃO DOS STANDS NA ÁREA DISPONÍVEL



Atenciosamente,



[14]  
Stand 4x4m

[13]  
Stand 4x4m

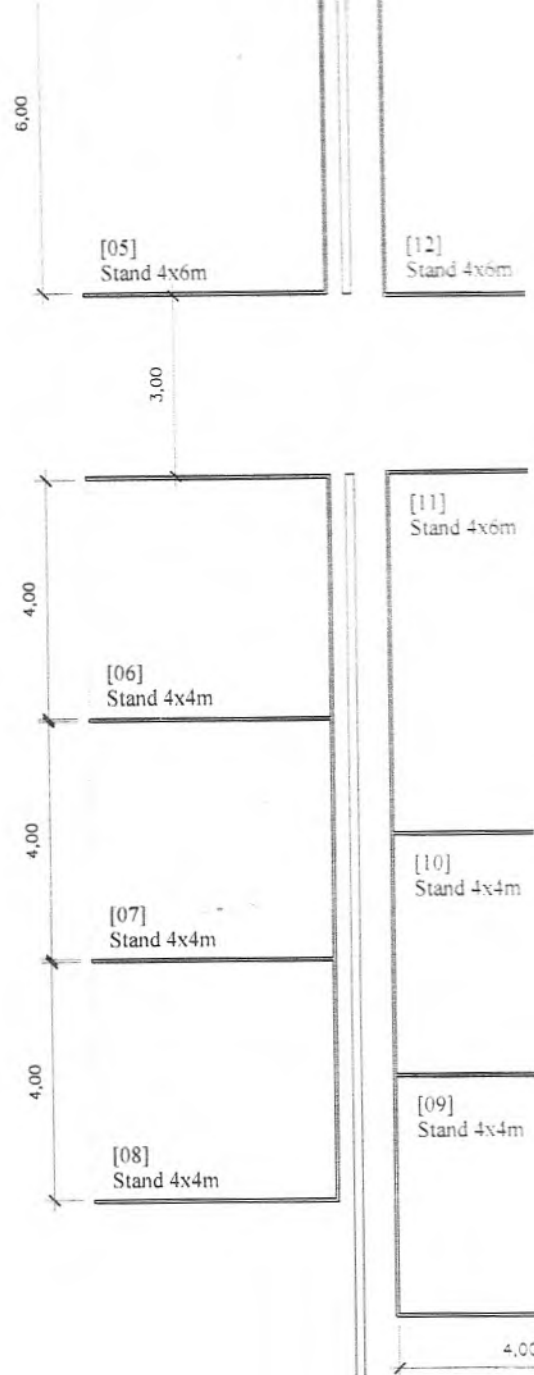
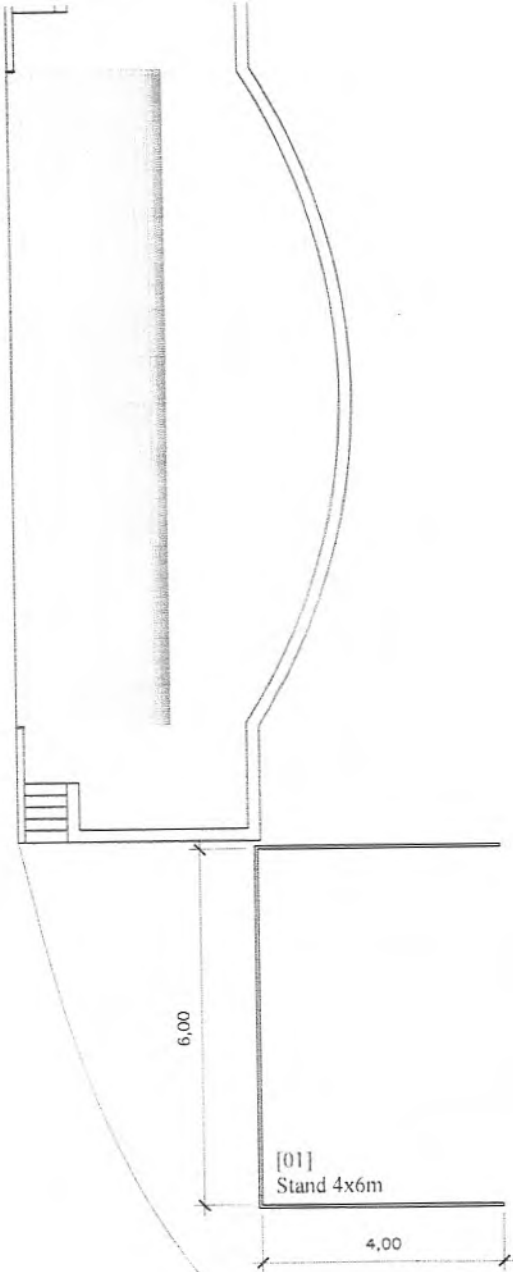
[12]  
Stand 4x6m

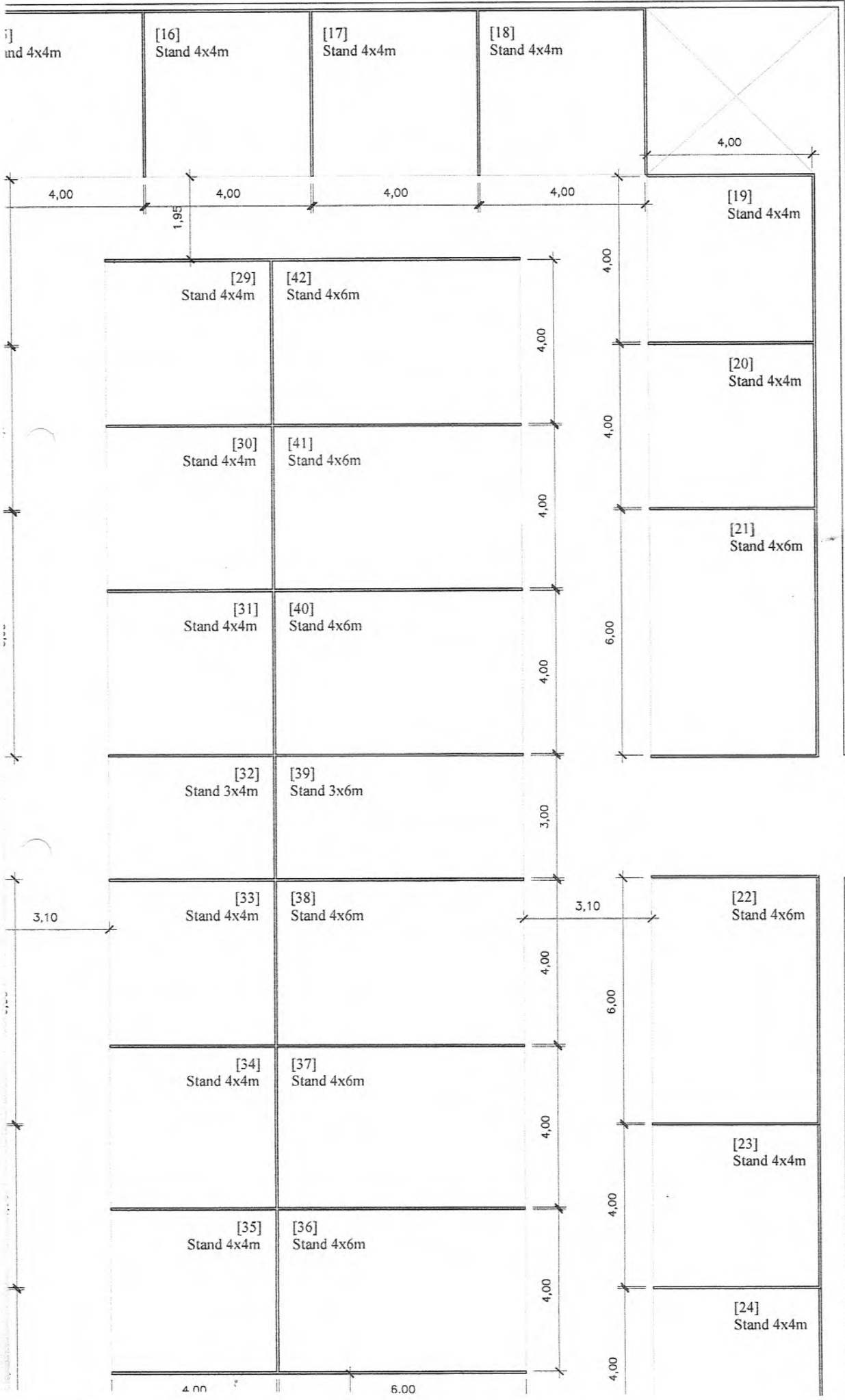
[11]  
Stand 4x6m

[10]  
Stand 4x4m

[09]  
Stand 4x4m







Stand 4x6m

[31]  
Stand 4x4m

[40]  
Stand 4x6m

4,00

6,00

[32]  
Stand 3x4m

[39]  
Stand 3x6m

3,00

3,10

[33]  
Stand 4x4m

[38]  
Stand 4x6m

3,10

4,00

6,00

[22]  
Stand 4x6m

[34]  
Stand 4x4m

[37]  
Stand 4x6m

4,00

[23]  
Stand 4x4m

[35]  
Stand 4x4m

[36]  
Stand 4x6m

4,00

4,00

[24]  
Stand 4x4m

4,00

4,00

6,00

1,95

4,00

[8]  
Stand 4x4m

[27]  
Stand 4x4m

[26]  
Stand 4x4m

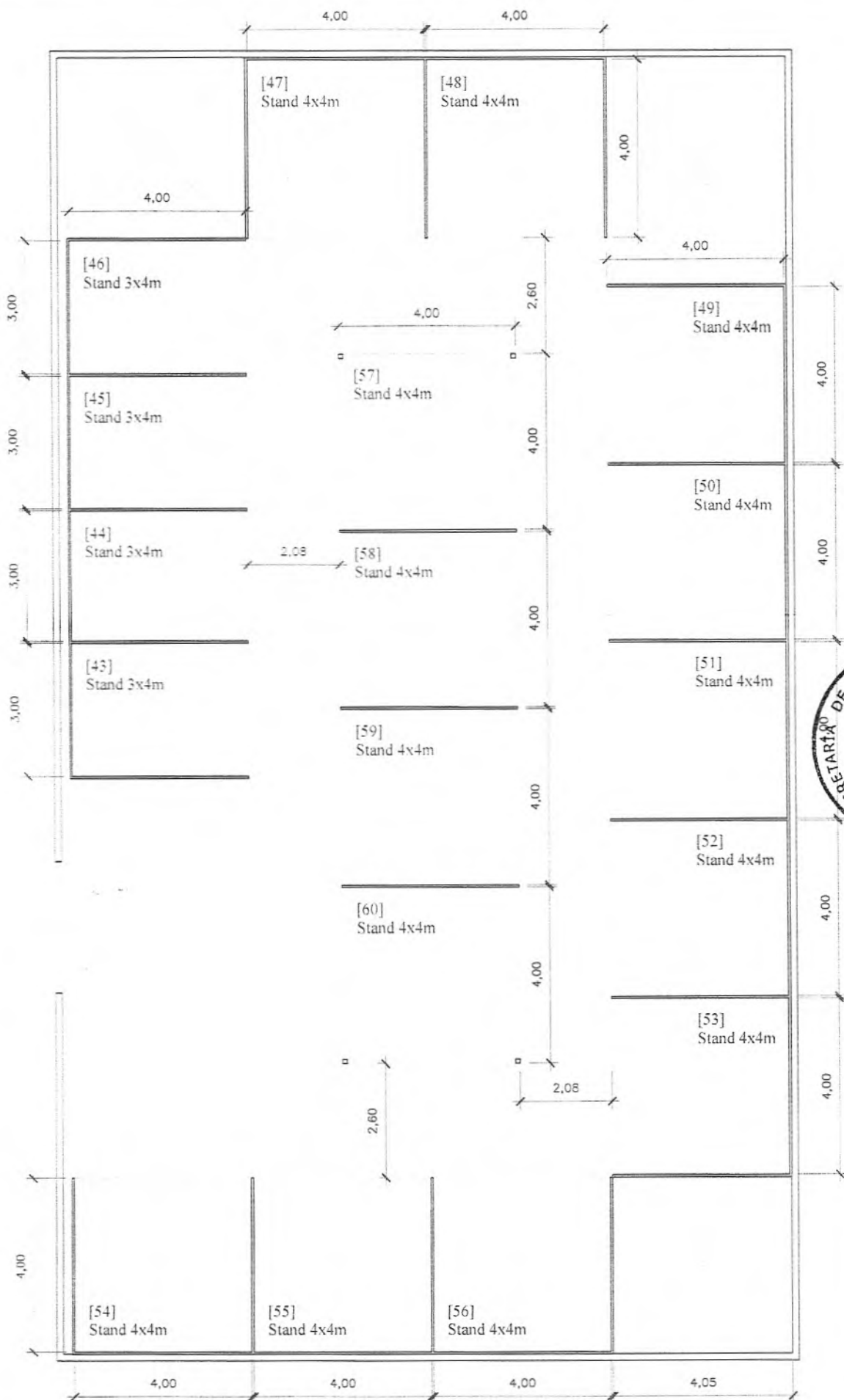
[25]  
Stand 4x4m

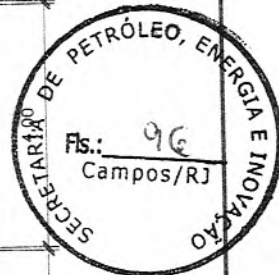
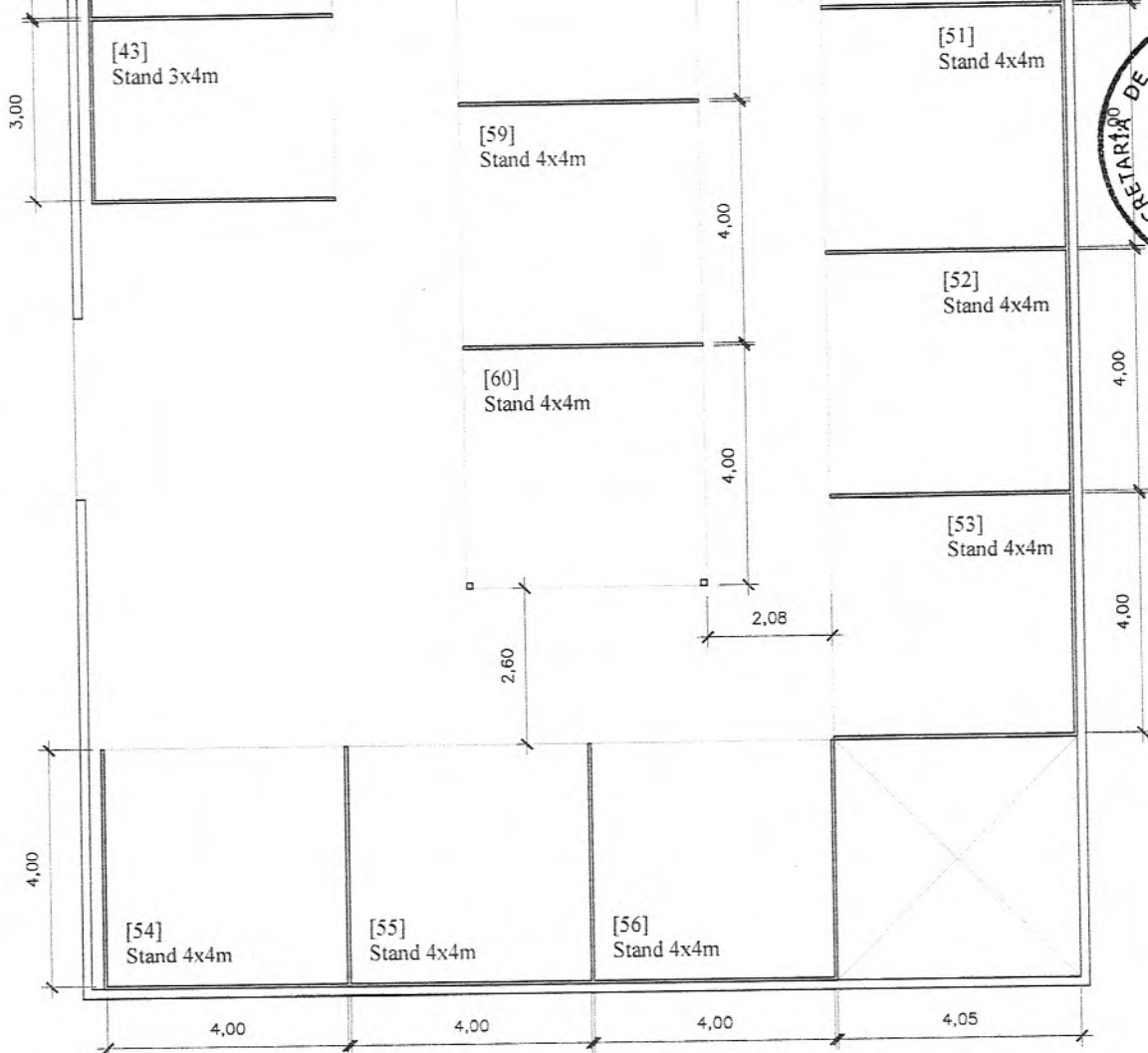
4,00

4,00

4,00

4,00





CAIXA D'ÁGUA

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FLUMINENSE  
Marcelo da Silva Peixoto  
Diretor de Infraestrutura  
SIAPE 1185151

Marcelo da Silva Peixoto  
Engenheiro Civil  
Eng. de Segurança do Trabalho  
Reg. Mac. 2001427565



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FLUMINENSE

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

Diretoria de Infraestrutura da Reitoria – Coordenação de Projetos

TÍTULO:

6ª FEIRA DE OPORTUNIDADES

LOCALIZAÇÃO: Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes - RJ.

PLANTAS/ETAPA:

PLANTA BAIXA - STANDS

ESCALA:

1/125

DATA:

JUL/2023

PRANCHA:

01

A2